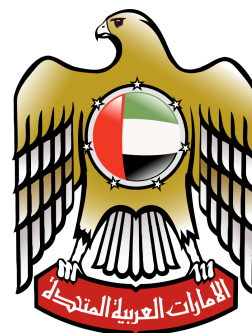


# Comitê de Direitos Humanos

## Emirados Árabes Unidos



**Tópico:** Discutir o receio da China em promulgar legislação antitráfico em Hong Kong e o seu impacto internacional

**Delegadas:** Gabriella Ribeiro Soares; Melissa Mayra Soto Mercado

**Instituição de Ensino:** Senac Nações Unidas

Estimativas divulgadas pela Organização Internacional do Trabalho indicam que aproximadamente 28 milhões de indivíduos são traficados em escala global, sendo 12% crianças, que fazem parte das mais de 6,3 milhões de vítimas de exploração sexual. A promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos no contexto pós II Guerra Mundial apresenta em seu IV artigo que: “Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.” (*Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948 - Art. 4*). Todo indivíduo, independentemente de sua nacionalidade, deve ter esse direito resguardado e protegido pelas autoridades responsáveis, e assim como apresentado na religião islâmica, um dos direitos básicos de um indivíduo é a liberdade; que ninguém pode ser capturado e submetido a escravidão.

A região administrativa de Hong Kong é um local altamente desenvolvido e com uma economia muito próspera, porém, ao longo do tempo se tornou um dos grandes epicentros de tráfico de pessoas. Sob quaisquer violações dos direitos humanos, os Emirados Árabes sempre se colocam em busca da manutenção e ampliação dos direitos básicos, inerentes e inalienáveis de toda e qualquer pessoa; dessa forma, as denúncias devem ser verificadas e analisadas de forma minuciosa. Prosseguir com a exploração laboral, servidão por endividamento, servidão doméstica e quaisquer semelhantes é inadmissível, e portanto esses delitos devem ser abordados em leis e constituições.

Nos EAU, para garantir o cumprimento dos direitos humanos, foi aprovado pelo governo emirati, em dezembro de 2020, a Autoridade Nacional de Direitos Humanos, que segue seriamente as referências exigidas internacionalmente e atua também em prestar serviços àqueles que mais precisam. No período de 2014 a 2018, em todo o mundo, os EAU foram os que mais prestaram assistência oficial ao desenvolvimento, pela razão ODA/GNI (Official development assistance/Gross National income). Ademais, a Lei Federal No. 51 de 2006 foi uma das primeiras medidas tomadas na região do Golfo Pérsico, fortalecendo o papel dos Emirados Árabes nos esforços internacionais destinados ao combate desse tipo de violação. Há também diversos canais de atendimento disponíveis para receber denúncias de todos os tipos de crimes cometidos dentro das fronteiras emirati.

Diante deste cenário, entende-se a necessidade da criação e/ou intensificação de legislações que combatam qualquer tipo de tráfico humano e que possibilitem a atuação em conjunto com outras organizações, que deem continuidade a acordos anteriores, como os 17 objetivos sustentáveis da ONU, que inclui no seu objetivo 8.7 “Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas [...]”. Os Emirados Árabes Unidos esperam que todos os presentes mantenham-se unidos em prol, sobretudo, no combate a ações que criam condições propícias à exploração em massa, sempre respeitando as diferenças culturais e concepções político-ideológicas para que insultos à dignidade humana deixem de ser perpetuados livremente.

## ***Referências Bibliográficas:***

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>.

Human rights. Disponível em: <<https://www.uae-embassy.org/discover-uae/society/human-rights>>.

Human Rights in Islam. Disponível em: <<https://www.iium.edu.my/deed/articles/hr/hr.html>>.

Crime, safety and security. Disponível em: <<https://u.ae/en/information-and-services/justice-safety-and-the-law/handling-emergencies/crime>>.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Forced labour, Modern Slavery and Human Trafficking. Disponível em: <<https://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/lang--en/index.htm>>.

Crime - The Official Portal of the UAE Government. Disponível em: <<https://u.ae/en/information-and-services/justice-safety-and-the-law/handling-emergencies/crime>>.

Human trafficking. Disponível em: <<https://www.mofa.gov.ae/en/The-Ministry/The-Foreign-Policy/Human-Trafficking>>.

2023 Trafficking in Persons Report: Hong Kong. Disponível em: <<https://www.state.gov/reports/2023-trafficking-in-persons-report/hong-kong/>>.

Vista do De “Rentier State” a “Global Emirates”: Uma Breve Análise Política e Socioeconômica dos Emirados Árabes Unidos até o Momento do Golfo (1971-2011). Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/leviathan/article/view/132360/128505>>.

SILVA, D. N. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/amp/idade-contemporanea/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.htm>>.

Sustainable Development Goals. Disponível em: <[https://www.undp.org/sustainable-development-goals?gad\\_source=1&gclid=CjwKCAiAjrBhAWEiwA2qWdCB5dLKDFSklUTrbGOc5\\_XgaQ5CtZU8ldDei7w04msUUa7tmFL9TYbhoCuBoQAvD\\_BwE](https://www.undp.org/sustainable-development-goals?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAjrBhAWEiwA2qWdCB5dLKDFSklUTrbGOc5_XgaQ5CtZU8ldDei7w04msUUa7tmFL9TYbhoCuBoQAvD_BwE)>.